



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2021

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	05
Balancos patrimoniais	09
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	15

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A (Companhia), relativas ao períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

COVID-19

Diante do cenário de pandemia do novo Corona vírus (COVID-19), a Companhia deliberou sobre as ações que foram e vem sendo lançadas com o propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Novos negócios

Em setembro de 2020, tivemos a conclusão da transferência de carteira dos produtos tradicionais da Icatu Capitalização para a Companhia, empresa controlada pela Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), em parceria com a Icatu Seguros S.A. (Icatu), que foi criada para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do banco, por um período de vinte anos.

A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, em abril de 2018, e aprovada em definitivo pela SUSEP em novembro de 2018, pela Portaria nº 7.236/2018, a partir do qual iniciou-se a venda da carteira de produtos de incentivo em setembro de 2019 e concluída em setembro de 2020 com a venda da carteira de produtos tradicionais.

Desempenho nas operações de Capitalização

Nos primeiros seis meses de 2021, o resultado das operações de capitalização alcançou R\$ 36.260 mil (R\$ 375 mil no mesmo período de 2020), crescimento relevante em relação ao ano passado devido a recente negociação da transferência de carteira. A Companhia retornou para os seus clientes, R\$ 9.634 mil (R\$7.641 mil no mesmo período do ano anterior) em pagamentos de mais de 3.814 títulos (158 títulos, no mesmo período de 2020).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 39.641 mil em 30/06/2021 (R\$48.553 mil em 31/12/2020). As provisões técnicas de capitalização, nesta mesma data, eram de R\$959.556 mil (R\$ 890.817 mil em 31/12/2020).

O patrimônio líquido atingiu R\$ 70.825 mil em 30/06/2021 (R\$26.293 mil em 31/12/2020), obtendo um incremento de 169,4% em relação a 31/12/2020 e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1.039.426 mil (R\$932.712 mil em 31/12/2020), com crescimento de 11,4% em relação a 31/12/2020.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

Em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 24.987 mil (R\$ 71 mil em 2020) em pagamentos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 2.409 mil (R\$ 80 mil em 2020) em tributos indiretos e R\$ 303 mil (R\$ 316 mil em 2020) em tributos diretos.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 493 mil em 30/06/2021 (R\$ 504 mil em 30/06/2020).

Por fim, a Rio Grande Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.4 e 10 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR"), Provisão para Distribuição de Bônus ("PDB") e a Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR").</p> <p>Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR.- conciliação dos registros analíticos suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis.- recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como persistência, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras

intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

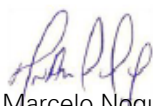
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia,. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		314.067	399.065
Disponível		6.287	6.305
Caixa e Bancos		647	347
Equivalentes de Caixa	Nota 5	5.640	5.958
Aplicações	Nota 5	302.746	390.105
Créditos das Operações de Capitalização		287	4
Outros Créditos Operacionais	Nota 6	4.405	2.309
Títulos e Créditos a Receber		342	342
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7	342	342
NÃO CIRCULANTE		725.359	533.647
Realizável a Longo Prazo		725.359	533.647
Aplicações	Nota 5	722.483	533.628
Títulos e Créditos a Receber		2.876	19
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7	2.705	19
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12	171	-
TOTAL DO ATIVO		<u>1.039.426</u>	<u>932.712</u>

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE	968.331	904.922
Contas a Pagar	7.572	12.262
Obrigações a Pagar	Nota 8 6.093	8.026
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	644	833
Impostos e Contribuições	835	3.403
Débitos de Operações com Capitalização	Nota 9 1.203	1.777
Depósitos de Terceiros	-	66
Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 10 959.556	890.817
Provisão para Resgates	888.584	822.906
Provisão para Sorteio	17.163	18.471
Provisão para Despesas Administrativas	2.340	2.395
Outras Provisões	51.469	47.045
NÃO CIRCULANTE	270	1.497
Contas a Pagar	232	1.497
Tributos Diferidos	Nota 7 -	1.497
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 12 232	-
Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 12 38	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 13 70.825	26.293
Capital Social	20.000	20.000
Aumento de Capital em Aprovação	50.000	-
Reservas de Lucros	4.047	4.047
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.715)	2.246
Lucros Líquidos do Semestre	493	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.039.426	932.712

Demonstrações dos Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota 15 a) 254.712	36.221
Varição da Provisão para Resgate	Nota 15 a) (202.074)	(27.079)
Variações das Provisões Técnicas	Nota 15 a) (4.978)	-
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	47.660	9.142
Resultado com Sorteio	Nota 15 b) (8.179)	(8.767)
Custo de Aquisição	Nota 15 c) (8.861)	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 15 d) 5.640	-
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	36.260	375
Despesas Administrativas	Nota 15 e) (25.105)	(152)
Despesas com Tributos	Nota 15 f) (2.409)	(80)
Resultado Financeiro	Nota 15 g) (7.950)	677
RESULTADO OPERACIONAL	796	820
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	796	820
Imposto de Renda	Nota 16 (185)	(193)
Contribuição Social	Nota 16 (118)	(123)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	493	504
Quantidade de Ações	Nota 13 a) 20.000.000	20.000.000
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$	0,025	0,025

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO DO SEMESTRE	493	504
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(3.715)	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.192)	-
Efeito dos tributos	2.477	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(3.222)	504

Rio Grande Capitalização S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital Social (em aprovação)	RESERVAS DE LUCROS		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.000	-	34	325	-	-	20.359
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	504	504
Saldos em 30 de junho de 2020	20.000	-	34	325	-	504	20.863
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	-	386	3.661	2.246	-	26.293
Aumento de capital em aprovação - AGO 25/02/2021	-	20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital em aprovação - AGO 29/03/2021	-	30.000	-	-	-	-	30.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	(5.961)	-	(5.961)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	493	493
Saldos em 30 de junho de 2021	20.000	50.000	386	3.661	(3.715)	493	70.825

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

 Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	493	504
Ajustes para:		
Variação das Provisões Técnicas - Capitalização	231.837	35.948
Variação de Impostos sobre o Lucro	2.700	370
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(101.496)	697
Créditos das operações de capitalização	(283)	10
Créditos fiscais e previdenciários	(2.686)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(171)	-
Outros ativos	(2.096)	(352)
Outras contas a pagar	(12)	(233)
Débitos de operações com capitalização	(574)	-
Depósitos de terceiros	(66)	-
Provisões técnicas - capitalização	(163.098)	(34.599)
Outros passivos	(5.961)	-
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações	(41.413)	2.345
Tributos sobre o lucro pagos	(5.268)	(245)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais	(46.681)	2.100
Aumento de capital em aprovação	50.000	-
Pagamento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(3.337)	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	46.663	-
Aumento / (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18)	2.100
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	6.305	1.778
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	6.287	3.878

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados, através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”) e a controladora Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”).

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no primeiro semestre de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como “Valor Justo por Meio do Resultado” bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como “Disponíveis para Venda”, quando aplicável. A taxa básica de juros aumentou três vezes consecutivas até o final de junho, encerrando o semestre em 4,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária “COPOM” iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de vida.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias (“Demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da SUSEP, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados “CNSP”, suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

As Demonstrações são apresentadas de acordo com o pronunciamento “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 30 de agosto de 2021.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- Instrumentos financeiros derivativos.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Derivativos: são classificados no ativo circulante “recebíveis” ou no passivo circulante “contas a pagar”, sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.2.2 Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.3. Mantidos até o vencimento

São instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O registro contábil do Imposto de Renda e Contribuição Social, ativo e passivo, correntes e diferidos são feitos com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória “(MP)” Nº 1034, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20% a partir de 1º de julho de 2021 e até 31 de dezembro de 2021, quando a majoração da alíquota será extinta.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Com aprovação da MP nº 1034, que altera a Lei nº 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL de 15% para 20%, a Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.4 Provisões técnicas

Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõe a provisão para resgates.

Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.5. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 5), valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota) (nota 3.7). Essas premissas foram revisadas em 2021 e consideram qualquer agravamento que a pandemia da COVID-19 pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.6 Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foi adotado antecipadamente:

3.6.1 CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa substituir o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2023.

3.6.2. Resolução CNSP N° 412 de 30 de junho de 2021

Essa Resolução dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores e altera a Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, modificando critérios para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado “PLA” das sociedades seguradoras e sociedades de capitalização, cujos efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2021.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Icatu iniciou estudos para quantificar o impacto no PLA das empresas supervisionadas e poderá ter que alterar a composição da carteira de investimentos no segundo semestre de 2021, de modo a reestabelecer o nível de solvência que atenda o apetite de risco definido. O estudo de impacto ainda está em andamento.

3.6.3. Medida Provisória nº 1034 de 01 de março de 2021

A MP altera a Lei nº 7.689/1988 e majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021. No caso das seguradoras, a alíquota retorna ao patamar normal de 15%, a partir de 01 de janeiro de 2022 e por isso as estimativas de crédito tributário não foram alteradas, dado que a majoração começa e termina no segundo semestre de 2021.

3.7. Provisões judiciais

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de capitalização, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de capitalização estão contabilizadas em “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos “(EGR)”, conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atuar de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os quesitos de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1 Principais riscos associados

4.1.1.1 Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

Em 30/06/2021, o montante de R\$ 949.834 que representava 92% das aplicações financeiras nesta data (R\$ 787.278 que representava 85% em 31/12/2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 81.532 (R\$ 142.487 em 31/12/2020).

Em 30/06/2021 e 31/12/2020 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2 Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.
- (II) *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco	30/06/2021				31/12/2020			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	222	0,89	20.916	494.633	273	0,93	24.718	552.247
Taxa Referencial	-	0,92	-	-	-	0,93	-	-
IGPM	-	0,98	-	-	-	0,91	-	-
IPCA	50	0,99	2.667	81.068	56	0,99	2.874	84.987
Ações	-	0,96	-	-	-	0,96	-	-

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Grupo Icatu.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional "(CMN)" para a garantia requerida das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido "(CMR)", mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	647	-	-	647
Equivalente de Caixa	5.640	-	-	5.640
Aplicações Financeiras	254.149	10.062	761.018	1.025.229
Créditos das Operações de Capitalização	287	-	-	287
Títulos e Créditos a Receber	342	-	-	342
Total de ativos	261.065	10.062	761.017	1.032.145
Contas a pagar	7.804	-	-	7.804
Provisões Técnicas - Capitalização	368.535	254.173	336.848	959.556
Débito das operações	1.203	-	-	1.203
Total de passivos	377.542	254.173	336.848	968.563

Ativos e passivos	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	347	-	-	347
Equivalente de Caixa	5.958	-	-	5.958
Aplicações Financeiras	262.677	86.595	574.461	923.733
Créditos das Operações de Capitalização	4	-	-	4
Títulos e Créditos a Receber	342	-	-	342
Total de ativos	269.328	86.595	574.461	930.384
Contas a pagar	13.759	-	-	13.759
Provisões Técnicas - Capitalização	337.940	219.621	333.256	890.817
Débito das operações	1.777	-	-	1.777
Depósitos de terceiros	66	-	-	66
Total de passivos	353.542	219.621	333.256	906.419

4.1.1.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados

4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- **Risco de sorteio:** implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- **Risco de persistência:** implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- **Risco da garantia de rentabilidade:** implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- **Risco das despesas administrativas:** implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30/06/2021, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 254.712 (36.221 em 30/06/2020), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 251.833 representando 98,9% nesta data (R\$ 34.908 que representava 98,2% em 30/06/2020) e nas demais regiões no montante de R\$ 2.879 representando 1,1% (R\$ 1.313 no qual representava 1,4% em 30/06/2020).

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e os extratos emitidos pelos custodiantes.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa e somam R\$ 5.640 em 30/06/2021 (R\$ 5.958 em 31/12/2020).

Em 30/06/2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 297.627 (R\$ 94.835 em 31/12/2020). Dessa forma, os valores não realizados registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam uma perda R\$ 6.192 (ganho de R\$ 3.743 em 31/12/2020).

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2021									
	Índices e Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	178.462	13.606	-	192.067	192.067	18,63%	19,22%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	-	496	34.789	35.285	35.285	3,42%	3,53%
Operações Compromissadas	SELIC	-	75.892	-	-	75.892	75.892	7,36%	7,60%
Outros Aplicações		10	(215)	-	(293)	(498)	(498)	(0,05)%	(0,05)%
Total		10	254.139	14.102	34.496	302.746	302.746	29,36%	30,30%
	Índices contratados	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	5.640	-	-	5.640	5.640	0,55%	0,56%
Total		-	5.640	-	-	5.640	5.640	0,55%	0,56%
	Índices e Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	123.133	78.584	201.718	201.718	19,57%	20,19%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 3,25%	-	-	-	45.591	45.591	45.591	4,42%	4,56%
Nota do Tesouro Nacional - PRÉ	7,58%	-	-	-	44.127	44.127	44.127	4,28%	4,42%
Total		-	-	123.133	168.302	291.436	291.436	28,27%	29,17%
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRÉ	6,77%	-	-	-	431.047	431.047	399.376	41,81%	39,97%
Total		-	-	-	431.047	431.047	399.376	41,81%	39,97%
Total das Aplicações Financeiras		11	259.779	137.235	633.844	1.030.869	999.197	100%	100%

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2020									
	Índices e Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	126.223	90.476	-	216.699	216.699	23,31%	23,07%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	-	501	36.451	36.952	36.952	3,97%	3,93%
Operações Compromissadas	SELIC	-	136.529	-	-	136.529	136.529	14,69%	14,53%
Outros Aplicações		11	(85)	-	-	(75)	(75)	(0,01) %	(0,01) %
Total		11	262.667	90.977	36.451	390.105	390.105	41,96%	41,53%
	Índices contratados	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,63%
Total		-	5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,63%
	Índices e Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 3,25%	-	-	-	48.006	48.006	48.006	5,16%	5,11%
Nota do Tesouro Nacional - PRÉ	7,58%	-	-	-	50.573	50.573	50.573	5,44%	5,38%
Total		-	-	-	98.579	98.579	98.579	10,60%	10,49%
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRÉ	6,77%	-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total		-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras		11	268.625	90.977	570.078	929.691	939.370	100%	100%

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	26.790	-	6.201	32.991
(+) Aplicações	977.939	92.292	430.905	1.501.136
(-) Resgates	(627.386)	-	(786)	(628.172)
(+) Rendimentos	18.721	2.543	(1.271)	19.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.743	-	3.743
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	396.064	98.578	435.049	929.691
(+) Aplicações	237.196	200.000	-	437.196
(-) Resgates*	(321.412)	(3.075)	(17.571)	(342.058)
(+) Rendimentos	(3.461)	5.867	13.569	15.975
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(9.935)	-	(9.935)
Saldo final em 30 de junho de 2021	308.386	291.435	431.047	1.030.869

*Os valores de resgate na categoria de mantidos até o Vencimento são referentes aos pagamentos de juros semestrais das Notas do Tesouro Nacional.

5.3 Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	308.626	(240)	308.386	396.138	(74)	396.064
Letras Financeiras do Tesouro	192.067	-	192.067	216.699	-	216.699
Notas do Tesouro Nacional:	35.285	-	35.285	36.952	-	36.952
Operações Compromissadas	81.532	-	81.532	142.487	-	142.487
Outros Aplicações	(258)	(240)	(498)	-	(74)	(74)
II. Títulos Disponíveis para Venda:	291.436	-	291.436	98.578	-	98.578
Letras Financeiras do Tesouro	201.718	-	201.718	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional:	89.718	-	89.718	98.578	-	98.578
III. Mantido até o vencimento:	431.047	-	431.047	435.049	-	435.049
Notas do tesouro nacional	431.047	-	431.047	435.049	-	435.049
Total (I + II + III)	1.031.108	(240)	1.030.869	929.765	(74)	929.691

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30/06/2021, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2021						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	486	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/27	CDI	125	7.985	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/29	CDI	800	42.614	Hedge Taxa pré-fixada

31/12/2020						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	486	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/27	CDI	125	8.614	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/29	CDI	800	47.090	Hedge Taxa pré-fixada

6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 4.405 em 30/06/2021 (R\$ 2.309 em 31/12/2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo - Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Tributos a recuperar	342	342
Imposto de Renda	321	321
Contribuição Social	21	21

b) Ativos e passivos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos diferidos”.

Diferenças temporárias		
Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2021	31/12/2020
Outras Provisões	571	47
Total das provisões temporárias	571	47
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	143	12
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	85	7
Total	228	19

(*) A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para justificar a constituição do crédito tributário diferido a alíquota da CSLL de 20%, após aprovação da MP N° 1034/21.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Créditos tributários diferidos

Conforme circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa.

Ativo - Não Circulante	31/12/2020	Constituição /Reversão	30/06/2021
Imposto de Renda Diferido	12	1.679	1.691
Diferenças Temporárias	12	131	143
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		1.548	1548
Contribuição Social Diferida	7	1007	1014
Diferenças Temporárias	7	78	85
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		929	929
Total de Créditos Fiscais Diferidos	19	2686	2705
Passivo - Não Circulante			
Imposto de Renda Diferido	(936)	936	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(936)	936	-
Contribuição Social Diferido	(561)	561	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(561)	561	-
Total de Débitos Fiscais Diferidos	(1.497)	1.497	-
Total de Créditos e Débitos Diferidos	(1.477)	4.183	2.705

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. As obrigações são compostas por:

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores a pagar	30	1
Dividendos a pagar	-	3.337
Pagamentos em trânsito	1.505	396
Outras Obrigações	4.558	4.292
Total	6.093	8.026

9. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. As obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 1.203 em 30/06/2021 (R\$ 1.777 em 31/12/2020).

10. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2021
Provisão Matemática para Capitalização	728.284	202.158	(163.909)	22.531	789.064
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	50.477	97.698	(95.476)	1	52.700
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	44.146	67.047	(64.371)	(1)	46.821
Provisão para Resgates	822.907	366.903	(323.756)	22.531	888.585
Provisão para Sorteios a Realizar	14.400	10.634	(12.586)	190	12.638
Provisão de Sorteios a Pagar	4.071	10.132	(9.685)	7	4.525
Provisão para Sorteios	18.471	20.766	(22.271)	197	17.163
Provisão para Distribuição de Bônus	47.045	8.650	(5.341)	1.114	51.468
Provisão para Despesas Administrativas	2.394	656	(710)	-	2.340
Outras Provisões	49.439	9.306	(6.051)	1.114	53.808
Total	890.817	396.975	(352.078)	23.842	959.556

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade – Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

VARIÁVEL	Coberturas de risco: Premissas	Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2021	31/12/2020
Resultado Sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(1.419)	(2.613)
Resultado Sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	1.419	2.613

11. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	959.556	890.817
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	993.558	933.412
Total dos Ativos Vinculados	993.558	933.412
Equivalente de Caixa	5.640	5.958
Total de Aplicações	999.198	939.370
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	39.641	48.553

12. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
12.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, trabalhista e pelas discussões em que se questiona PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis			
30/06/2021			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável.....	4	38	38
Possível.....	5	71	-
Remota.....	1	9	-
Total	10	118	38

Causas Fiscais			
30/06/2021			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Possível.....	2	400	-
Total	2	400	-

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Causas Adicionais.....	35
Ajuste.....	2
Atualização Monetária	1
Saldos em 30 de junho de 2021	38

12.2. Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

No grupo “Outras Contas a Pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, independente das probabilidades determinadas pelos consultores jurídicos, pois por serem obrigações legais cujo pagamentos são requeridos por força de lei, a Companhia entende que é provável o pagamento à luz da norma contábil. A seguir, a composição:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2021
COFINS	-	195	5	200
PIS	-	31	1	32
Total	-	226	6	232

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	Probabilidade de Perda	Tese	PIS		COFINS		Total	
			Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Ativo livre e Prescrição - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Ativo livre e Prescrição - Aguardando sentença	24	32	147	200	171	232

Os Mandados de Segurança nº5013983-57.2021.4.03.6100 e nº 5001912-23.2021.4.03.6100 questionam exigência do PIS e da COFINS, incidentes sobre as Receitas Financeiras de Ativo Livre e de Prescrição respectivamente, ambos nos termos da Lei nº12.973/2014. Perda Possível. O recurso está aguardando sentença.

Os depósitos judiciais e fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como depósitos fiscais no montante de R\$ 171, no qual o montante de R\$ 168 são referentes a adições e R\$ 3 são referentes a atualização monetária.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30/06/2021 é de R\$ 20.000 (R\$ 20.000 em 31/12/2020), representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária foram realizadas duas assembleias, em 25 de fevereiro e 29 de março de 2021, e foram deliberados dois aumentos de capital social da Companhia. A primeira, em fevereiro, no valor de R\$ 20.000 com emissão de 20.000.00 novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal e a segunda, em março, no valor de R\$ 30.000 com emissão de 30.000.00 novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os referidos aumentos de capital foram aprovados pela SUSEP, mas estão em processo de registro na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 4.047 (R\$ 4.047 em 31/12/2020) são compostas por:

Reserva legal de R\$ 385 (R\$ 385 em 31/12/2020) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva estatutária de R\$ 3.661 (R\$ 3.661 em 31/12/2020) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no patrimônio líquido é uma perda de R\$ -3.715 (ganho de R\$ 2.246 em 31/12/2020).

d) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o CMR que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco. A seguir, o PLA e o CMR da Companhia nas datas indicadas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio Líquido	70.825	26.293
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	30.873	44.121
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(19.017)	6.124
Superávit entre provisões exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	49.890	37.997
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	101.698	70.414
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	2.059	2.624
Capital de Risco de Subscrição	4.350	4.588
Capital de Risco - Mercado	36.902	43.225
Capital de Risco - Redução por correlação	(4.425)	(5.003)
Capital de Risco - Operacional	2.787	3.363
Capital de Risco (CR) (b)	41.673	48.797
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	41.673	48.797
Patrimônio líquido ajustado	101.698	70.414
(-) Exigência de capital - EC	(41.673)	(48.797)
Suficiência de capital - R\$	60.025	21.617
Suficiência de capital (% da EC)	244%	144%

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	Passivo		Receita		Despesas	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Icatu Seguros S. A (c)	-	-	2.816	2.736	(395)	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda (a)	-	-	-	-	(1)	(16)
Icatu Assessoria Ltda (d)	(3.913)	(3.924)	-	-	(24.893)	-
Rio Grande Seguros e Previdência S. A (c)	(6.781)	(8.768)	10.153	10.470	(1.100)	(1.479)
Banrisul Icatu Participações (b)	-	(3.337)	-	-	-	-
Total	(10.694)	(16.029)	12.969	13.206	(26.388)	(1.495)

(a) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(d) Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

15. CARREGAMENTO

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2021				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.	TR
PM538T	15414.901670/2019-79	9,55%	0,5% a.m.	TR
PM537T	15414.901669/2019-44	12,48%	0,5% a.m.	TR
31/12/2020				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.	TR
PM538T	15414.901670/2019-79	9,55%	0,5% a.m.	TR
PM537T	15414.901669/2019-44	12,48%	0,5% a.m.	TR

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
a) Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização

	30/06/2021	30/06/2020
Título de Capitalização Emitido	254.830	36.221
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(118)	-
Reversão da Provisão para Resgate	73	-
Constituição da Provisão para Resgate	(202.147)	(27.079)
Reversão da Provisões Técnicas	4.498	-
Constituição da Provisão Técnicas	(9.476)	-
Total (a.1)	47.660	9.142

(a.1) A transferência de carteira do Banrisul realizada em setembro de 2020 possibilitou variações nas linhas operacionais.

b) Resultado com Sorteios

Reversão da Provisão para Sorteio	12.587	9.055
Constituição da Provisão para Sorteio	(10.634)	(9.055)
Despesas Com Títulos Sorteados	(10.132)	(8.767)
Total	(8.179)	(8.767)

c) Custo de Aquisição - Capitalização

Despesas de Corretagem	(5.812)	-
Despesas de Custeamento de Vendas	(3.049)	-
Total (c.1)	(8.861)	-

(c.1) Com o início da venda de produtos tradicionais em set/20, houve a inclusão de pagamentos de comissões e pró-labore.

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização

Receita com Resgate de Título	2.903	-
Receita com Prescrição de Título	4.251	-
Despesas com Provisões	(1.514)	-
Total	5.640	-

e) Despesas Administrativas

Serviços de Terceiros (e.1)	(24.987)	(71)
Localização e Funcionamento	(12)	(9)
Donativos e Contribuições	(18)	-
Publicidade e Propaganda	(87)	(72)
Despesas Administrativas Diversas	(1)	-
Total	(25.105)	(152)

(e.1) Serviços prestados pela Icatu Assessoria a partir de setembro de 2020 em função da transferência de carteira.

f) Despesas com Tributos

COFINS	(1.930)	(44)
PIS	(314)	(7)
Taxa de Fiscalização	(165)	(29)
Total (f.1)	(2.409)	(80)

(f.1) Aumento das receitas com títulos de capitalização e receitas financeiras ocasionou um consequente aumento de tributos.

g) Resultado Financeiro

Categoria - Disponível para Venda	5.867	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	5.867	-
Categoria - Mantido até o Vencimento	13.569	830
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	13.569	830
Outras Receitas Financeiras	2	-
Total – Receitas Financeiras	19.438	830

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(3.461)	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(3.461)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(23.842)	(102)
Outras Despesas Financeiras	(85)	(51)
Total – Despesas Financeiras	(27.388)	(153)
Total – Resultado Financeiro	(7.950)	677

17. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	796	796	820	820
ADIÇÕES	573	573	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	39	39	-	-
Outras Provisões	302	302	-	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	232	232	-	-
EXCLUSÕES	(58)	(58)	-	-
Outras Provisões	(56)	(56)	-	-
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(2)	(2)	-	-
Resultado Ajustado	1.311	1.311	820	820
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com Tributos	(316)	(197)	(193)	(123)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	131	79	-	-
Despesas com Tributos	(185)	(118)	(193)	(123)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Tributos	23%	15%	24%	15%

(*) Com aprovação da MP Nº 1034, alíquota da CSLL passará de 15% para 20% a partir de 1º de julho de 2021.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias de 30/06/2021 da Icatu Seguros.

Conselho de Administração**Presidente***

Luciano Snel Corrêa

Vice-presidente*

Claudio Coutinho Mendes

Demais Conselheiros*

Ademar Schardong
Claudio Leite Gastal

Diretoria

Diretor-Presidente
César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

* A eleição dos membros do Conselho de Administração realizada na Assembleia Geral Ordinária do dia 25/03/2021, cuja ata já foi homologada pela SUSEP, mas está em processo de arquivamento perante a JUCISRS.